

metis

António
Campelo
Amaral

Metis – Razão (em) prática

O que habitualmente se tende a celebrar como proeza original do triunfo grego da razão (*lógos*) resulta em boa medida da convergência retroprojectada de oito linhas de força cuja autointerpretação formou o lastro do pensamento ocidental no seu todo:

- unidade constitutiva dos fundamentos (no plano metafísico);
- identidade substantiva da individuação (no plano ôntico);
- determinação totalizante das definições (no plano conceptual);
- imutabilidade essencial dos princípios (no plano formal);
- evidenciação declarativa dos enunciados (no plano apofântico);
- adequação veritativa dos juízos (no plano predicativo);
- validação demonstrativa das conclusões (no plano inferencial) e
- universalização causalística do saber (no plano epistémico).

Circunscrita a experiência do conhecimento aos ditames de uma racionalidade predominantemente lógica, dificilmente passará despercebida a razão pela qual a dimensão humana da acção (*praxis*) – indomável pela sua contingente fluidez e desqualificada pela vizinhança muito pouco recomendável da arte (*tekhne*) e da produção (*poiesis*) – cedo se viu privada de qualquer estatuto teórico, pelo menos até ao momento em que Aristóteles lhe concede devida atenção filosófica. Apesar desse primordial despojamento, ou talvez por causa dele, houve, todavia, quem se atrevesse a conjecturar que a entronização grega da *theoria* terá beneficiado de um tangencial influxo da produção criativa (*poiesis*) e da acção realizativa (*praxis*), propiciando à racionalidade lógica um efeito muito mais decisivo e potenciador do aquele que estaríamos dispostos a admitir ou seria suposto esperar.

Coube a Marcel Detienne e Jean-Pierre Vernant – eminentes estudiosos da cultura helénica a quem este breve excurso muito deve e presta tributo [vide DETIENNE Marcel – VERNANT Jean-Pierre, *Les ruses de l'intelligence. La metis des grecs*, Paris: Flammarion, 1974] – o inegável mérito de vislumbrar no termo grego *métis* o epicentro de uma certa inteligibilidade

cujo porte operativo poderá ter induzido a gênese daquela racionalidade grega que, entre a épica homérica e a praxiologia aristotélica, concitou quer o vespertino afloramento da mitografia grega, quer, com base nesta, a subsequente especialização logóica da filosofia e, a partir daí, a progressiva estabilização formal da ciência. Atentos, pela nossa parte, a essa condição originária da noção de *métis*, constitui hipótese a considerar até que ponto uma discreta inteligibilidade poiética associada à *métis* não será já indiciadora de um logos-em-acção cujo ulterior desenvolvimento haveria, ao longo de sucessivas etapas da cultura grega, de subsumir determinadas “práticas-da-razão” numa “racionalidade (em) prática” até atingir o seu máximo aprimoramento na ética aristotélica. A ser verdade, em que termos se terá explicitado tal metamorfose?

Embora correntemente conotado como “astúcia”, o sentido originário de *métis* revela uma complexa teia de significados em cuja urdidura semântica se entrelaça tanto a perspicácia e a sagacidade da “acuidade visual” por um lado, como o jeito e a destreza da “habilidade manual” por outro. Graças a essa fecunda e indissolúvel coligação “olho-mão”, não é para estranhar que o termo tenha revelado especial apetência para se aclimatar gradualmente ao limiar prático onde o sábio exercício de uma arte pericial (*tekhne*) conspira com o laborioso desempenho de uma produção criativa (*poiesis*), polarizando em fertilização cruzada um vasto conjunto de domínios onde a volatilidade das variáveis, as limitações da percepção e a imprevisibilidade do desfecho imprimem a sua marca contingencial desde a comprovada habilidade do artesão até ao discernimento crítico do juiz, passando pelo tacto social do legislador, a argúcia persuasiva do orador, a perspicácia terapêutica do médico, a perícia náutica do piloto ou a sagacidade agonística do guerreiro.

Do estrito ponto de vista da cultura religiosa, *Métis* não é propriamente uma desconhecida para os gregos, bem pelo contrário: não igualando o irresistível charme de *Témis*, nem tão-pouco o arrebatado temperamento de *Hera*, ela assume no Panteão olímpico um estatuto hierofânico de ímpar grandeza. Enquanto primeira esposa de *Zeus*, certo

é que sem a ponderada e circumspecta maleabilidade de Métis, o senhor dos deuses veria constantemente transtornado e subvertido – para não dizer mesmo impossibilitado – o exercício, a manutenção e o reconhecimento da sua supremacia, o que de imediato suscita o postulado hermenêutico de que a legitimação da força convertida em pulsão pantocrática necessita também ela (e talvez sobretudo ela) de uma certa “agilidade da razão”, sobretudo naqueles limiares críticos de delimitação de campos, distribuição de forças e depuração de critérios mediante os quais o poder, seja ele de que natureza for, se transfigura em autoridade consentida quer para subsistir quer para se dissolver, se exorbitado, neste caso, na sua trágica desmesura (*hybris*). Decidir ter poder pela razão da força não é o mesmo que ter o poder de decidir com a força da razão: eis um prolegómeno grego com futuro que ainda hoje teimamos em esquecer ou em subestimar.

Movendo-nos, pois, no plano simbólico da mundividência mítico-religiosa dos gregos, o estatuto sapiencial e metamórfico de Métis (a ela compete tutelar todas as artes que dependem do solícito exercício de uma habilidade manufactural) devolve-nos os antecedentes culturais indutores de uma incoativa racionalidade em cuja intencionalidade prática se repercute uma não menos eficaz discursividade lógica. No arco temporal que transcorre desde a produção épica de Homero à reflexão praxiológica de Aristóteles, flui um período de seis séculos durante o qual todo o campo semântico em que germina o sentido de *métis* permanece no essencial identificável, libertando todo o potencial hermenêutico associado à ideia segundo a qual a capacidade engenhosa da inteligência evoca um tipo de racionalidade não diríamos apenas “fictícia” – descontando, claro está, os equívocos e distorções a que o termo “ficção” ainda hoje está exposto – mas antes “factícia”, ou seja capaz de tornar a razão [*lógos*] suficientemente maleável [*plastós*] para se moldar às imprevisíveis “irregularidades” da contingência. Ora, será basicamente em torno da figuração marinha e oceânica do elemento aquoso que a arte da navegação e a morfologia da orla costeira conferirão o horizonte de sentido à

precoce explicitação de uma racionalidade prática inerente a todos aqueles domínios periciais em que a acção humana insinua uma aproximação tecno-poiética à *métis*, no preciso sentido do que se poderia designar de “práticas-da-razão”.

Assim, no que à arte da navegação concerne, dois poderes cosmogónicos interagem como tutela sacralizada da actividade náutica: *Tykhê* (Sorte) e *Kairós* (Oportunidade). *Tykhe* – imortalizada na literatura grega como filha das divindades titânicas Oceano e Tétis e, não menos importante, como facilmente se adivinha, irmã de Métis – apresenta-se como uma divindade marítima marcada pela pura ambiguidade, característica que realça imediatamente a desconcertante ambivalência da mutabilidade do elemento aquoso: tudo muda, claro, mas o lado para que pende essa instabilidade não é evidente; acertarei ou falharei na escolha? Por outro lado, intimamente associado à ambígua significação da flutuação marinha, uma outra faceta se agrega imediatamente à personalidade de *Tykhe*, neste caso para assinalar a arriscada experiência de aproximação e abordagem costeiras de uma embarcação ao espaço portuário. Trata-se de um momento crítico em que, de acordo com a crença religiosa grega, a dita divindade coloca as mãos no leme assumindo a pilotagem e consumando assim a captação da oportunidade propícia – a acção cooperante de *Kairós* é aqui, como facilmente se adivinha, decisiva – para o desfecho bem-sucedido de uma navegação. Mão hábil e sentido de oportunidade, eis a dupla face da figura tutelar de *Tykhe*. A ideia de Sorte assume neste contexto não tanto a máscara sombria e ameaçadora de uma cega sujeição aos caprichos da fatalidade, mas antes a fisionomia propiciadora de um lance poiético pelo qual a razão humana torna criativamente legível o texto da pura contingência.

Já no que à morfologia da orla costeira diz respeito, Métis conta com a inusitada aliança de outra divindade de cimeiro plano: a sua própria filha Atena. Indefectível protectora do astuto e sagaz Ulisses – designado em pauta épica de “*poly-métis*”, ou seja “o de muitas habilidades [ou recursos]” – cabe-lhe desta feita tutelar o limiar ambíguo entre a densa terra

firme (onde arduamente se luta num campo de batalha ou num recinto de competições) e o fluido elemento marítimo (onde também se luta contra a não menos temível adversidade das variáveis incertas e imprevisíveis, tais como o nível de resistência da embarcação, o estado de espírito da tripulação, a intensidade dos humores climáticos, etc.). Quotidianamente experienciado na orla costeira, é precisamente nesse limiar agonístico em que terra e mar incessantemente se unem e repelem, que, em colaboração com Métis, emerge a faceta prudencial de Atena. Trajada em posição erecta com um peplos e munida de numa lança em que se apoia com a cabeça pendida como que submersa em profunda “meditação” perante um pilarete que se ergue diante dos pés até ao nível da cintura, eis como a divindade surge esculpida num afamado relevo de mármore actualmente exposto no Museu da Acrópole sob o epíteto de “Atena Meditativa” (*Athena Skeptomene*). Durante muito tempo coube a este artefacto escultórico o singular destino de materializar iconicamente a Razão grega. Nada a obstar, desde que, por momentos, nos deixemos desafiar por uma contrapartida hermenêutica para a qual, aliás, já é suposto estarmos de sobreaviso, a saber: reconduzir o *lógos* no qual se consigna a pose meditativa da deusa ao sentido de *métis* que lhe está umbilicalmente ligado. Com efeito, reconvocados pelo lance metafórico do limiar ambíguo, difuso e incerto que, na orla costeira, compossibilita a arenosa interpenetração de dois elementos (o terrestre e o marítimo), somos de imediato advertidos para a indomável imprevisibilidade que se insinua em qualquer desfecho agonístico (seja ele bélico ou desportivo, confessional ou electivo, coreográfico ou ritual). No que Atena “medita” não é propriamente na dilacerante possibilidade de “vitória” ou de “derrota”, mas antes – o que nos parece infinitamente mais estimulante – no “lance arriscado” que acolhe as reviravoltas de uma competição e o mesmo se diga dos imprevistos de um combate ou das peripécias de uma viagem. Restituída à raiz grega do verbo *medesthai* – precisamente a mesma que se consubstancia na acepção de *métis* como inteligibilidade criativa da acção de que o acto poiético é signo eminente – a pose meditativa de Atena representa

ipso facto não tanto a *Razão* que esconjura o espectro da derrota, planificando com imperturbável rigor lógico um antecipado desfecho vitorioso, mas a antes a Prudência que pondera o belo risco (*kalos kyndinos*) da decisão de ir-a-jogo, modelando em cada momento crítico os requisitos formais da pura necessidade nas condições materiais da dura contingência sob o signo da razão (em) prática.

O fluido e indomável polimorfismo da facticidade não se apresenta menos perturbante no seu imprevisível desfecho do que a ondulante força do vasto oceano ou a arenosa instabilidade do solo costeiro: enfrentar o seus contornos imprecisos e obscuros implica uma habilidade racional *quase manufactural*, poiética diríamos, para moldar os princípios determinantes da razão à indeterminação da contingência, por mais paradoxal, antinómica e indomável que esta seja; mas não só, também requer a percepção sagaz, *meditativa*, desse discretíssimo limiar temporal onde se instala a ocasião propícia e o momento oportuno, sem os quais a estratégia e a planificação de qualquer acto humano ficará – aí sim, como consciência desvitalizada e petrificada – à pura mercê dos cegos caprichos do acaso.